

Revista Científica Di Fatto, ISSN 2966-4527. Edição 4. Ano: 2025.

Submissão em: 13/02/2025

Aprovação em: 15/03/2025

Publicado em: 15/03/2025

Disponível em: <https://revistadifatto.com.br/artigos/desigualdade-socioespacial-e-escassez-de-areas-verdes-nas-periferias-de-sao-paulo-impactos-na-qualidade-de-vida-e-saude-urbana/>

Desigualdade Socioespacial e Escassez de Áreas Verdes nas Periferias de São Paulo: Impactos na Qualidade de Vida e Saúde Urbana

Jéssica Barbosa

Cursando Arquitetura e Urbanismo em Universidade Paulista Ensino médio completo com técnico em Recursos Humanos em ETEC DA ZONA LESTE

ANA PAULA COSTA SANTOS

Estou cursando o 7º período de Arquitetura e urbanismo, na Universidade Paulisa - UNIP.

Resumo

Este artigo discute a desigualdade socioespacial na cidade de São Paulo, destacando a falta de áreas verdes e espaços de lazer nas regiões periféricas, como Guaianases e Lajeado, em contraste com bairros nobres como Sé, Pinheiros e Vila Mariana. A ausência de vegetação e infraestrutura de lazer nas periferias afeta negativamente a qualidade de vida, contribuindo para problemas ambientais como enchentes e ilhas de calor, além de impactar a saúde física e mental dos moradores. O estudo analisa dados orçamentários municipais e pesquisas governamentais, evidenciando disparidades na distribuição de recursos e reforçando a necessidade de políticas públicas mais equitativas para promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Desigualdade socioespacial. Áreas verdes. Planejamento urbano. Qualidade de vida. Periferias. Mobilidade urbana. Saúde pública. Infraestrutura urbana. Sustentabilidade. Segregação social.

Abstract

This article addresses socio-spatial inequality in the city of São Paulo, highlighting the lack of green areas and leisure spaces in peripheral regions such as Guaianases and Lajeado, in contrast to upscale neighborhoods like Sé, Pinheiros, and Vila Mariana. The absence of vegetation and leisure infrastructure in peripheral areas negatively affects the quality of life, contributing to environmental problems such as flooding and urban heat islands, while also impacting the physical and mental health of residents. The study analyzes municipal budget data and governmental research, highlighting disparities in resource allocation and emphasizing the need for more equitable public policies to promote inclusion and sustainable development.

Keywords: *Sociospatial inequality. Green areas. Urban planning. Quality of life. Peripheries. Urban mobility. Public health. Urban infrastructure. Sustainability. Social segregation.*

A presença de áreas verdes e espaços de lazer é crucial para a qualidade de vida nas áreas urbanas, pois desempenha um papel fundamental no bem-estar físico e mental da população, favorecendo a interação social e a melhoria do microclima urbano. Contudo, em diversas áreas periféricas, a escassez desses espaços constitui uma problemática persistente, resultado de um planejamento urbano desigual, que historicamente tem priorizado o desenvolvimento das áreas centrais.

A insuficiência de praças, parques e outros espaços de convivência impacta diretamente a saúde e o bem-estar dos habitantes, restringindo suas oportunidades de lazer, práticas de atividades físicas e de contato com a natureza. Ademais, a ausência de infraestrutura verde agrava questões ambientais, como as ilhas de calor e a ocorrência de enchentes, tornando essas regiões ainda mais vulneráveis a impactos negativos.

A disparidade no acesso a espaços de lazer reflete uma segregação socioespacial, que deve ser abordada por meio de políticas públicas inclusivas e estratégias de planejamento urbano mais equitativas. Nesse contexto, torna-se essencial analisar como a expansão e a qualificação desses espaços podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida nas periferias urbanas.

Utilizando-se da denúncia e da exposição da negligência governamental com relação ao cuidado e fornecimento de áreas verdes e à promoção da qualidade de vida nas áreas periféricas, este artigo tem como objetivo destrinchar e responder a questões fundamentais sobre o acesso desigual a esses recursos. Quem realmente tem acesso a áreas verdes, espaços de lazer e uma infraestrutura adequada? Tais decisões frequentemente são tomadas de forma centralizada, levando em consideração interesses políticos e econômicos, ao invés de promover a equidade entre as diferentes regiões da cidade.

Por meio dessa análise crítica, o artigo busca destacar a necessidade urgente de uma reestruturação nas políticas públicas voltadas para a criação de espaços urbanos mais inclusivos e sustentáveis, que possam garantir uma melhor qualidade de vida para todos os cidadãos, independentemente de sua localização na cidade.

Em São Paulo, especialmente nas periferias, o acesso a áreas verdes e espaços de lazer é limitado, o que exacerba a desigualdade social e de saúde. A pesquisa de Lopes et al. (2022) revela que os bairros periféricos, com infraestrutura deficiente, sofrem com a escassez de parques e centros de lazer. Isso não apenas reduz a qualidade de vida, mas também acentua as desigualdades sociais. A ausência de opções de lazer adequadas limita as possibilidades de interação social e recreação, elementos fundamentais para o bem-estar coletivo.

Por outro lado, bairros mais centrais, com uma infraestrutura urbana mais desenvolvida, possuem acesso a uma ampla variedade de espaços públicos e opções de mobilidade, o que favorece a saúde física e mental da população. Esse contraste é um reflexo claro da segregação socioespacial, onde as áreas periféricas são historicamente marginalizadas no que tange ao investimento em infraestrutura e qualidade de vida. A pesquisa de Santos e Ribeiro (2020) reforça essa ideia, afirmando que o investimento em áreas de lazer e mobilidade não só melhora a saúde, mas também a coesão social e a sensação de pertencimento à cidade

Aproximando o estudo da nossa realidade, vamos analisar bairros nobre e periféricos de São Paulo. Utilizando dados obtidos por meio de pesquisas em órgãos governamentais, como o GeoSampa, observa-se que bairros nobres de São Paulo, como Sé, Pinheiros e Vila Mariana, apresentam ampla cobertura vegetal, abrangendo grande parte de seus territórios. Além disso, contam com diversos parques públicos, incluindo o Parque Ibirapuera, um dos maiores da América Latina, que oferece espaços de lazer, prática esportiva e atividades culturais. Um exemplo recente foi a leitura dramática da obra *A Cerimônia do Adeus*, de Simone de Beauvoir, realizada pela atriz Fernanda Montenegro no Auditório Ibirapuera, em 18 de agosto de 2024. Esses bairros também dispõem de uma quantidade significativa de estabelecimentos com selo de acessibilidade arquitetônica.

Em contraste, bairros periféricos como Guaianases e Lajeado apresentam escassez de parques públicos, com poucos espaços dedicados a atividades culturais e um índice muito baixo de áreas verdes significativas, que abrangem apenas uma pequena parcela do território. Além disso, essas regiões possuem, no máximo, dez estabelecimentos com selo de acessibilidade arquitetônica.

Analisando o caderno orçamentário de São Paulo do ano de 2024, observa-se que, na tabela de orçamentos das subprefeituras, a Subprefeitura da Sé recebeu um orçamento de aproximadamente R\$120.000.000, enquanto a região de Guaianases obteve cerca de R\$60.000.000. Embora Guaianases seja a terceira subprefeitura com o maior orçamento, a diferença em relação às áreas centrais ainda é expressiva. Outras subprefeituras de bairros periféricos, como Cidade Tiradentes, receberam valores ainda menores, com um orçamento de aproximadamente R\$40.000.000, evidenciando a disparidade na distribuição de recursos entre as regiões centrais e periféricas de São Paulo.

A análise dos dados revela que, embora a mobilidade e a qualidade de vida sejam temas amplamente discutidos e aplicados na contemporaneidade, o desafio atual é romper as barreiras da desigualdade socioespacial, tornando esses benefícios acessíveis a toda a população, e não apenas às classes mais privilegiadas. Afinal, todos os cidadãos contribuem igualmente com impostos e, portanto, merecem as mesmas oportunidades de viver com qualidade e dignidade, um direito que o poder público deve assegurar a todos.

De fato, uma parcela significativa da cidade de São Paulo usufrui desses benefícios, enquanto outra, composta majoritariamente por populações pobres e marginalizadas, enfrenta a carência de mobilidade, lazer, cultura e infraestrutura verde. A população de bairros periféricos como Guaianases e Lajeado é impactada diretamente pela falta desses recursos, muitas vezes sem perceberem os prejuízos diários à qualidade de vida. O acesso a áreas de lazer e a presença de vegetação urbana contribuem significativamente para o bem-estar e a saúde, prevenindo doenças físicas e mentais, fatores essenciais para a qualidade de vida urbana.

As áreas arborizadas desempenham um papel fundamental na drenagem das águas pluviais. As árvores, por meio de suas raízes, ajudam a infiltrar a água no solo, reduzindo o volume de água que chega às ruas e aos sistemas de drenagem. Além disso, a vegetação exerce a função de reduzir a velocidade da água da chuva, o que evita o alagamento das vias e minimiza os riscos de enchentes. A falta dessa cobertura verde, portanto, torna as cidades mais vulneráveis a enchentes, pois a impermeabilização do solo, resultante da construção de asfalto e concreto, impede a absorção da água.

Pesquisas científicas confirmam a relação direta entre a ausência de áreas arborizadas e o aumento do risco de enchentes nas áreas urbanas. Um estudo realizado por Xie et al. (2020) concluiu que a vegetação urbana reduz significativamente o escoamento superficial das águas pluviais e, conseqüentemente, diminui a probabilidade de inundações. Quando as árvores e áreas verdes são removidas, a água da chuva escoar rapidamente para os bueiros, que muitas vezes não têm a capacidade de suportar volumes elevados de água, provocando alagamentos.

Além disso, a vegetação ajuda a manter a integridade do solo e a reduzir a erosão, que também contribui para o acúmulo de água nas ruas. A falta de vegetação nas áreas urbanas resulta, portanto, em uma maior propensão a problemas de drenagem e alagamentos.

Outro efeito significativo da ausência de vegetação é o aumento das ilhas de calor urbanas. O fenômeno das ilhas de calor ocorre quando as áreas urbanas, devido à grande quantidade de superfícies impermeáveis e de concreto, absorvem mais calor do que as áreas rurais ou naturais. Esse calor é retido por materiais como asfalto, cimento e metal, que aquecem durante o dia e liberam calor durante a noite, criando um ambiente mais quente.

O aumento das enchentes e das altas temperaturas tem um impacto direto na qualidade de vida das pessoas, principalmente nas áreas periféricas, onde o planejamento urbano muitas vezes é deficiente, como mostrado anteriormente. A falta de áreas arborizadas não apenas agrava problemas ambientais, mas também contribui para o agravamento das desigualdades sociais, pois as populações mais vulneráveis são aquelas que habitam regiões com menos infraestrutura verde,

tornando-se mais expostas aos efeitos dessas condições climáticas extremas.

Por meio deste artigo, foram evidenciados casos de extrema desigualdade ambiental, ressaltando que saúde e qualidade de vida estão intrinsecamente ligadas a um planejamento urbano eficiente. Os dados analisados comprovam que moradores de regiões periféricas enfrentam defasagem na manutenção e na oferta de áreas verdes e mobilidade. No entanto, este estudo preliminar serve apenas para evidenciar os problemas e as razões que contribuem para essa realidade. Torna-se necessário viabilizar recursos e reforçar a importância de garantir que a parcela marginalizada da cidade também tenha acesso a esses benefícios, promovendo equidade socioespacial.